



VIOLÊNCIAS E (RE)EXISTÊNCIAS NO MATOPIBA, 2013 ENTRE 2018

Flávio Marcos Gonçalves de Araújo ¹

Marcelo Rodrigues Mendonça ²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento, as violências e as (Re)Existências dos camponeses e indígenas da região do MATOPIBA entre 2013 e 2018. A metodologia usada foi sistematizar, apresentar e cruzar dados da produção de soja, a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de violências e (Re)Existências dos camponeses e indígenas, conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os resultados indicaram produção desigual da soja no MATOPIBA, concentrada no oeste baiano. As violências e (Re)Existências, por sua vez, se concentraram nos estados do Maranhão e do Tocantins, mostrando que processo de avanço do agronegócio ainda não se encontra consolidado na região e que os processos de luta persistem no MATOPIBA.

Palavras chaves: desenvolvimento, violências, (Re)Existências e MATOPIBA

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the development, violence and (Re)Existences of peasants and indigenous people in the MATOPIBA region between 2013 and 2018. The methodology used was to systematize, present and cross-reference data on soybean production, from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and on violence and (Re)Existences of peasants and indigenous people, according to the Pastoral Land Commission (CPT). The results indicated unequal soybean production in MATOPIBA, concentrated in western Bahia. The violence and (Re)Existences, in turn, were concentrated in the states of Maranhão and Tocantins, showing that the process of advancement of agribusiness is not yet consolidated in the region and that the processes of struggle persist in MATOPIBA.

Keywords: development, violence, (Re)Existences and MATOPIBA

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como intencionalidade estabelecer relação espacial entre desenvolvimento, violência e (Re)Existência na região do MATOPIBA³, entre 2013 a 2018.

Para isso, iremos em primeiro momento caracterizar a região do MATOPIBA, utilizando dados

¹ Negro, Periférico, Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós Graduação de Geografia da Universidade Federal de Goiás, do Instituto Socio Ambiental, membro do grupo de pesquisa Trabalho Território e Políticas Públicas, email: flaviosolgo@gmail.com

² Professor Dr. Associado IV dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás do Instituto de Estudos Socioambientais e Colaborador no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Catalão. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho/CEGeT/UNESP. Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisa das Dinâmicas Territoriais/LABOTER/IESA/UFG. Coordenador Grupo de Pesquisa Trabalho, Território e Políticas Públicas - TRAPPU/CNPq.

³ O nome MATOPIBA vem dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

do IBGE, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Ao caracterizar o MATOPIBA no aspecto espacial, político e condições físicas, teremos condições de estabelecer os fatores que levaram essa região a ser denominada a última fronteira agrícola.

Em seguida, realizaremos uma breve, mas importante crítica ao desenvolvimento, a partir de artigos, livros, dissertações e teses. Com esses elementos colocados, passaremos a refletir como soja foi e é considerada um elemento para estabelecer o desenvolvimento de uma região. Essa análise será baseada nos dados do IBGE, em suas escalas estadual e municipal, o que nos permitirá espacializar a produção de soja no MATOPIBA.

A partir desse processo, queremos quantificar espacialmente as violências e as (Re) Existências dos indígenas e camponeses no MATOPIBA, a considerar os dados da CPT, sistematizados e publicados, desde 1985, Relatório de Conflitos no Campo. Por fim iremos estabelecer uma sobreposição do desenvolvimento, das violências e das (Re)Existências, para compreender os processos de transformação que o MATOPIBA sofreu entre 2013 e 2018. O corte temporal tem como objetivo estabelecer os processos do MATOPIBA antes e depois dele se transformar em região do ponto de vista institucional.

CARACTERIZAÇÃO DO MATOPIBA

Para compreensão dos processos de desenvolvimento, violências sofridas pelos povos do campo, das águas e das florestas, e (Re)Existências desses povos, se faz necessário compreender a região do MATOPIBA. Para isso utilizaremos aspectos da sua espacialidade, e dos elementos físicos. Sabemos que esses elementos têm maior complexibilidade do que iremos descrever, porém, os pontos levantados são de suma importância para a pesquisa.

Do ponto de vista institucional, o MATOPIBA enquanto região foi criado em 06 de maio de 2015, via decreto nº 8.447, editado pela então presidente Dilma Rousseff, embora tenha lastro histórico anterior. Em 2008, com advento da crise capitalista que assolou os Estados Unidos da América, frações capitalistas buscaram de lucros no MATOPIBA, tendo em vista fatores como grande área de terras planas e de fácil mecanização, fartura de água, mão de obra barata e pouca fiscalização ambiental. Essas variáveis foram de elevada importância para alavancar processos de ampliação do agronegócio na região, o que se atrelou à escalada dos preços das *commodities*, devido principalmente à demanda da China. Criam-se, portanto, as condições ideais para territorialização do capital, que contou com atuação primordial do Estado, seja pelas políticas públicas, como o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, legislações



ambientais mais flexíveis, financiamento rural, ou mesmo pela omissão diante de crimes e irregularidades, como processos de grilagem e expulsão dos sujeitos que moravam na região. Quando apresentamos a espacialidade do MATOPIBA, temos uma região com ótimas condições para produção de soja, a principal *commodity exportada pelo Brasil* e que demanda

grandes porções de terras, característica inerente ao MATOPIBA, que se estende por quatro estados brasileiros, como demonstra a figura 1, sendo que o Maranhão é responsável por 33% desse território com 23.982.346ha, em 135 municípios. Já o Tocantins representa 38%, com 27.772.052ha, e a totalidade dos 139 municípios do estado estão na região. O Piauí é o estado com menor dimensão territorial e entra com 11%, distribuídos em 8.204.588ha, somente 13 municípios. A Bahia fica com 18% do território, com seus 13.214.499 há, em 30 municípios. A área total do MATOPIBA é de 73.173.485 de há, distribuídos em 337 municípios. Se fosse uma unidade da federação, seria a sexta em número de municípios e quarta em extensão. Isso mostra grandeza do MATOPIBA e como estabelecer influência nessa região foi uma estratégia para territorialização do agronegócio.

Outros fatores que chamam a atenção são os biomas, as bacias hidrográficas e o clima. De acordo com o IBGE, a quase sua totalidade do território é de cerrado, que cobre 66,5 milhões de ha, o que representa 91% do território. Já o bioma amazônico está presente em 7,3% da região, com 5,3 milhões há, e a caatinga compõe o restante, com 1,7% ou 1,2 milhões de ha. No aspecto hidrológico, três grandes bacias hidrográficas estão presentes. São elas: a Bacia do Rio Tocantins, que percorre 43% do território; a Bacia do Atlântico na porção norte/nordeste, com 40%; e a Bacia do Rio São Francisco, com 17%.

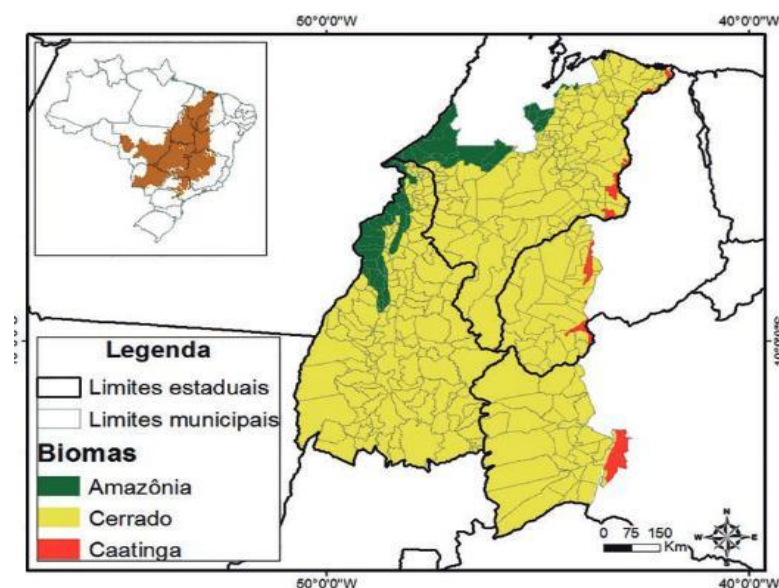


Figura 1 . MATOPIBA: área de estudo, limites estaduais e municipais e biomas. Fonte: Embrapa (2015) e IBGE (2016a). Elaboração Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017)

O clima do MATOPIBA é, na sua maioria, tropical semiúmido, com abrangência de 78% do território. A temperatura é superior a 18° C em todos os meses do ano, sendo que o período de seca gira em torno de 4 a 5 meses. Esse clima se concentra na região central do MATOPIBA.

Já a porção leste da região é marcada por um clima semiárido, com baixa umidade e precipitação. Nessa porção as secas são mais extensas, atingindo cerca de 6 meses, e as temperaturas são semelhantes à porção central.

Essa caracterização reforça a hipótese de como a região foi e é observada (e apropriada) com intencionalidade de produção de *commodities*, já que, além dos elementos físicos adequados, o processo de incorporação das terras, bem como de seus recursos territoriais⁴, teve apoio decisivo do Estado nas suas três esferas. Associado a tudo isso temos o mito do desenvolvimento que iremos explorar.

DESENVOLVIMENTO COMO SOLUÇÃO OU CONTROLE SOCIAL, UM OLHAR NO MATOPIBA

A palavra desenvolvimento representa, para grande parte da população, a solução de problemas como emprego, saúde, educação e tantos outros. Com o MATOPIBA não é diferente.

Destoamos dessa afirmativa a partir de uma compreensão crítica da utilização da palavra desenvolvimento na sociedade capitalista, que se baseia nas críticas construídas por GÓMEZ (2006), ESCOBAR (2000) e PEET (1999). Esses autores se dedicaram a compreender a construção conceitual e política do desenvolvimento.

Tomada a modernidade como ponto de partida, compreendemos que todas as promessas que a classe dominante fez nos últimos séculos não foram cumpridas. Diante dessa impossibilidade, o sistema capitalista estabeleceu outro falso paradigma para a classe trabalhadora, que é o desenvolvimento, que se estabelece como uma ótima estratégia de controle social.

Historicamente, o desenvolvimento ganha força com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando temos um cenário de independências das antigas colônias, cujos territórios se encontravam em situação de extrema pobreza, em virtude da exploração operada pelos colonizadores. Nesse

⁴ De acordo em Perpetau (2016, p.130), recursos territoriais " é tudo aquilo que existe num dado território cuja posse e uso possuem papel fundamental na reprodução das relações sociometabólico nele estabelecidas, sejam elas capitalistas ou não capitalistas, propiciando solucionar o problema basilar da existência continuada (ou reprodução) da sociedade nos mesmos moldes.

contexto, os Estados Unidos viram uma grande oportunidade de ampliação do seu capital nesses territórios e em 1949, o então Presidente, Harry S. Truman, emprega, pela primeira vez, o termo “áreas subdesenvolvidas”. Ao utilizar esse termo, os Estados Unidos apontam para o mundo um modelo próprio, que é o desenvolvimento.

Ao abordar o termo desenvolvimento, tem-se em conta a construção espacial, histórica e ideológica, funcional à reprodução do capital. É engendrado, a partir da ideia de desenvolvimento como a única possibilidade de progresso, que somente com ele se tem acesso a saúde, educação, cultura, renda e emprego para todos. Para realizar o sonho do desenvolvimento, se faz necessário implementar medidas e superar empecilhos. Esse pacote pró desenvolvimento busca “invalidar” o conflito capital x trabalho via participação e conformidade do conglomerado das classes, nas medidas que busca desencadear o desenvolvimento em um determinado território.

Entendemos que esse processo de desenvolvimento traz a mercantilização de todas as relações sócio territoriais, afetando tanto o comportamento como o relacionamento interno das pessoas que formam esses territórios, quebrando, muitas vezes, as relações estabelecidas nas comunidades camponesas e indígenas.

Desse modo, o desenvolvimento é mais uma roupagem que o sistema capitalista utiliza para tentar superar suas crises. Existem aqueles que apontam o desenvolvimento como uma saída para reforma do sistema capitalista, sendo que o Estado pode influir nesse processo. Tendo em vista as contradições inerentes a essa teoria, a tese I. Mészáros se afigura mais coesa, pois estabelece a incapacidade de controle do capital: “(...) o capital não pode ser controlado: ele é o próprio controlador regulador e do processo de metabolismo social” (Mészáros, 1997, p. 145). Por essa razão, nossa crítica ao desenvolvimento estabelecido dentro do sistema capitalista, que se sustenta em uma sociedade produtora de mercadorias, é que ele nos remete à subordinação estrutural do trabalho ao capital. Nesse sentido, nos parece problemático assumir a teoria do desenvolvimento, por compreender que ele retalia a participação e a autonomia das comunidades e funciona como controle social, com o objetivo evidente de reprodução do capital. Com essa premissa, estabeleceremos a construção do desenvolvimento do MATOPIBA, via espacialização da soja, para depois percorrer os processos de violência e (Re) Existência dos camponeses e indígenas.

SOJA COMO VETOR DESENVOLVIMENTO NO MATOPIBA



A partir da análise precedente, é possível sugerir que o desenvolvimento é um pacote no qual a adesão se dá pela promessa de solução dos vários problemas da sociedade capitalista.

Existem vários fatores capazes estabelecer o desenvolvimento de uma região, como Produto Interno Bruto (PIB) ou mesmo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para Silva e Meneghello (2016), o desenvolvimento conferido ao MATOPIBA se deve sobretudo à produção de grãos, notadamente de soja. O autor destaca o papel da monocultura de soja no MATOPIBA como fator de geração de empregos e renda para a população regional.

Partindo dessa premissa, Silva e Meneghello (2016) sustenta que o avanço da soja proporcionou a chegada do desenvolvimento ao MATOPIBA. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (2019), cerca de 11% na produção nacional de soja do ano de 2018 se deu no MATOPIBA.

Os dados IBGE apontam para crescimento da produção de soja no MATOPIBA entre 2013 e 2018, o que ocorre em todos estados, porém com taxas diferentes. O Piauí teve crescimento de 165,39%, a Bahia de 128,13%, o Tocantins de 71,24% e o Maranhão de 65%, sendo que no território o percentual foi de 105,51%. É preciso destacar que áreas do MATOPIBA que compreendem o Piauí e a Bahia são menores quando comparadas com Tocantins e Maranhão.

A figura 2 demonstra esse crescimento desigual da produção de soja.

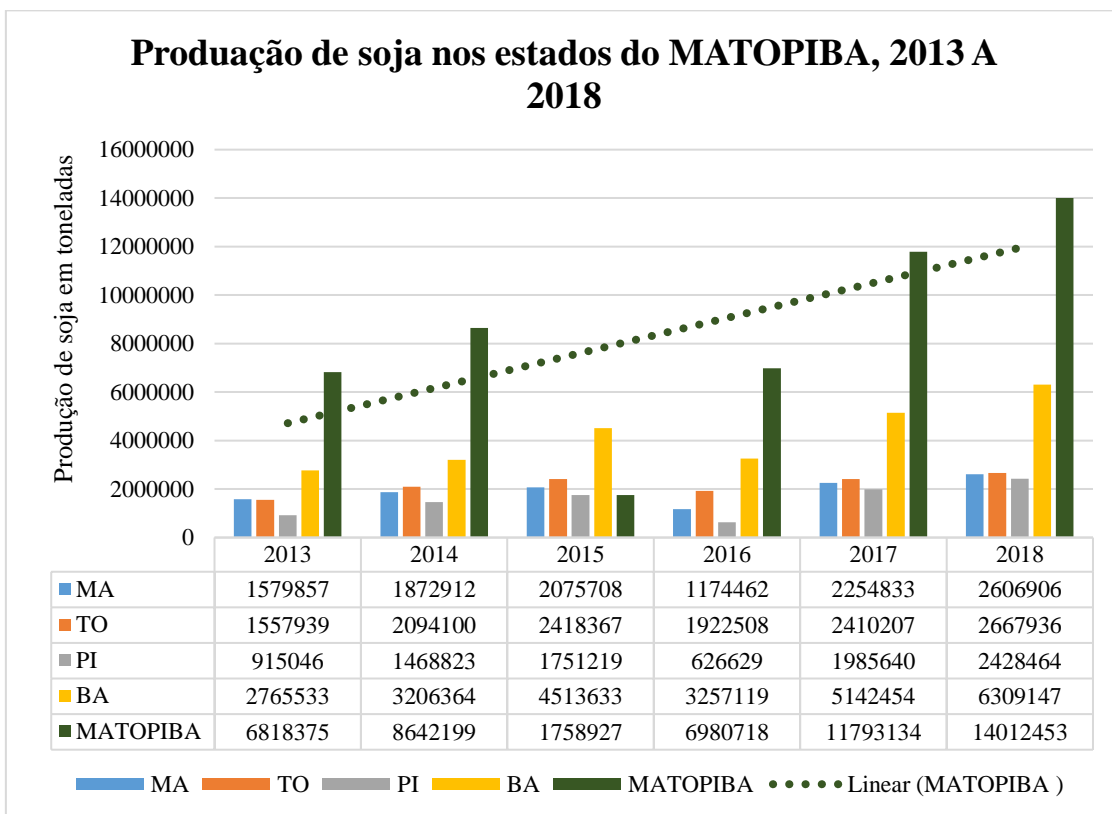


Figura 2. Fonte: IBGE (2022). Elaboração: Araújo (2022)

Quando se analisa a escala municipal no MATOPIBA, observa-se melhor o crescimento da área plantada e sua concentração em alguns municípios do MATOPIBA. Em 2013 eram 140 municípios produzindo soja, o que corresponde 41,54% dos municípios da região, com uma área plantada era de 2.840.922ha, que correspondem a 3,88% da área total. Quando direcionamos o foco para os 10 municípios que mais produziram o grão em 2013, eles respondem por 52,98% da soja produzida no MATOPIBA.

Já em 2018 temos o aumento de 23,57% no número de municípios produtores de soja, saltam para 173, com aumento da área plantada em 44,43% passando, totalizando 4.103.325ha, sendo que os dez municípios que mais produziram são responsáveis por 54,61%.

A concentração espacial na produção de soja é muito grande em 2018, com os municípios de Formosa do Rio Preto e São Desidério, na Bahia, produzindo mais que outros 147 municípios do MATOPIBA. Baseado na concepção de (SILVA e MENEGHELLO, 2016), verifica-se que o desenvolvimento do MATOPIBA não acontece de forma igualitária, mas tem uma concentração espacial em poucos municípios.

Ao ser considerado a última fronteira agrícola, o MATOPIBA apresenta um processo de expansão das *commodities* que traz a disputa pelos territórios, seja onde se tem a produção de soja ou em outros locais, devido a especulação. Esses litígios ocorrem mesmo diante do fato de que os camponeses e indígenas estão nessa região há várias gerações. Não obstante, para se apropriar desses territórios e seus recursos, o agronegócio e aliados utilizam várias ferramentas, como a violência. Por outro lado, os povos do campo, das águas e das florestas⁵ se valem de (Re)Existências.

Faremos em seguida uma análise das violências e sua espacialização, para depois pensar nas (Re)Existências e sua espacialização no MATOPIBA.

VIOLÊNCIAS NO MATOPIBA

Quando o desenvolvimento chega em uma região, se faz necessário desconstruir outros modelos de sociedade. No caso do MATOPIBA não foi diferente, pois existe um conjunto de famílias camponesas e indígenas nesse território. Para fazer avançar o desenvolvimento, via agronegócio, se fez necessária a apropriação de terra e de recursos territoriais, com o Estado a desempenhar um papel fundamental nesse processo. Esse avanço, contudo, se dá também

⁵ Ao utilizar povos do campo das florestas e das águas compreendemos que esses povos são os camponeses e indígenas



através de violências. Para descrever e compreender essas violências, utilizaremos os dados da CPT de 2013 a 2018. A CPT divide as violências em duas variáveis: contra as famílias e contra a pessoa. Na violência contra as famílias consideramos aquelas motivadas por conflitos pela terra⁶ e pela água⁷.

Na região do MATOPIBA, de acordo com a CPT, registrou-se um total de 976 ocorrências de violências por terra, e 39 eventos relacionados à água, totalizando 1015 ataques contra famílias camponesas e indígenas, como pode ser observado na figura 3. A partir desses dados, observamos que a região do MATOPIBA é palco de elevado número de violências contra as famílias camponesas e indígenas, o que resultou, no período mencionado, em uma média de uma violência a cada dois dias. A figura 3 demonstra um crescimento das violências a partir de 2015, o que pode estar relacionado com fatores como o golpe de 2016 e a assinatura do decreto nº 8.447.

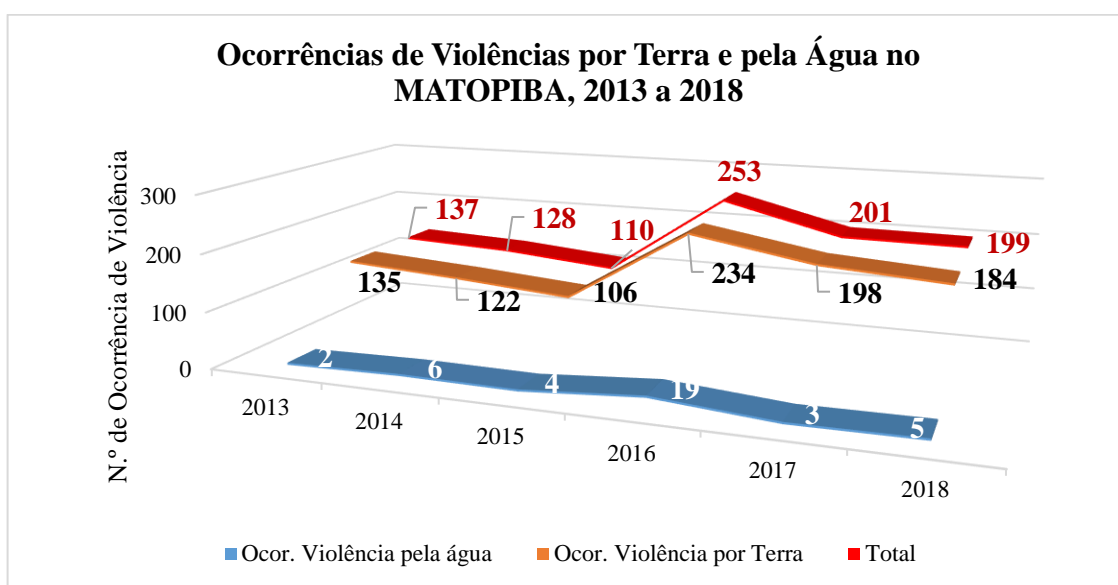


Figura 3. Fonte: CPT (2022). Elaboração: Araújo (2022)

⁶ Violência Terra acontece quando se tem o enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos territoriais. Essa violência é realizada por atores contra as famílias camponesas e indígenas, as violências realizadas são: despejo judicial; ameaça despejo judicial; expulsão; ameaça de expulsão; pistolagem, contaminação por agrotóxicos; impedimento de acesso áreas coletivas; invasão; destruição de casas; destruição de pertences e destruição de roçados.

⁷ Violência Água acontece quando o recurso territorial água expropriado das famílias camponesa e indígenas as violências pela água são; o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos; contra a cobrança do uso da água no campo; e de luta contra a construção de barragens e açudes.

Para além do aumento das ocorrências de violências no MATOPIBA, temos uma elevação das famílias envolvidas, a maioria no estado do Maranhão, com 59,68% do total de 94.953 famílias atingidas; o Tocantins teve 19.015 famílias o que representa 20,02%; em seguida vem a Bahia com 13.338 famílias, 14,04%; e o Piauí com 2.927 famílias, 6,26%. Os dados CPT também apontam os causadores das violências, no período referido da pesquisa, quem mais gerou violência foram os fazendeiros, empresários e grileiros Juntos, esses três agentes, foram responsáveis por 81,80% das violências.

Com relação à violência contra a pessoa, os números são igualmente elevados, de modo que a cada cinco dias uma pessoa sofreu algum tipo de violência na região do MATOPIBA. Foi contabilizado pela CPT um total 439 vítimas de violências, entre 2013 e 2018, sendo 27 vítimas de assassinatos, 240 ameaças de mortes e 23 tentativas de assassinato. Registrou-se outras violências, as como ferimento, contaminação por agrotóxico, impedimento de ir e vir, intimidação, tortura e aborto. Quem mais sofreu essas violências foram os posseiros, quilombolas e indígenas. Já os principais mandantes, são os fazendeiros, grileiros e empresários.

As violências contra as famílias e pessoas demonstram que esse processo está acontecendo nas áreas de soja, mas principalmente nas de especulação imobiliária e grilagem, a demonstrar que processo de expansão do agronegócio está em andamento. Ao analisar, a seguir, as (Re) Existências e sua espacialidade, será possível compreender a correlação de forças no MATOPIBA.

(Re)EXISTÊNCIAS NO MATOPIBA

Mesmo com todo o processo de avanço da soja no MATOPIBA e das violências sofridas pelos povos do campo, das águas e das florestas, as comunidades buscaram formas de (Re) Existências entre 2013 e 2018. Essas (Re)Existências podem ser entendidas como:

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo.
(PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54)

Entendemos que as (Re) Existências são a possibilidade de se manter no território ou até mesmo conquistar outros territórios. Elas se articulam em escala local, regional, nacional e internacional e pode criar fatores de mudança do *Status quo* em que vivemos. As formas e as



espacialidades das (Re) Existências são várias, tais como: educação no campo, as brigadas de incêndios, os guardiães dos territórios indígenas, agroecologia e tantas outras. Nessa pesquisa, utilizaremos quatro formas de (Re) Existências que são os acampamentos, ocupações, retomadas e manifestações. A CPT, entre 2013 e 2018, registrou 249 ações de (Re) Existência no MATOPIBA: 11 acampamentos⁸, 55 ocupações⁹, 4 retomadas¹⁰ e 179 manifestações¹¹. A espacialização dessas (Re) Existências tem uma concentração nos estados do Maranhão e do Tocantins, como podemos observar na figura 4. O Maranhão teve 42,58% das ações, o Tocantins vem logo em seguida 40,97%, depois a Bahia com 14,45% e o Piauí com 2%.

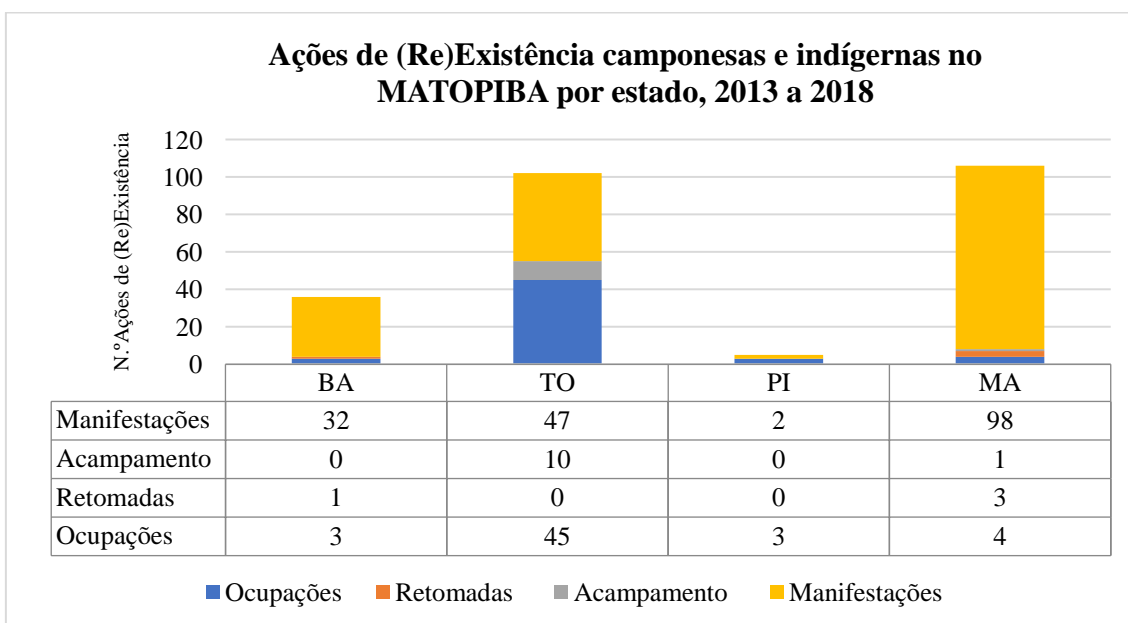


Figura 4. Fonte: IBGE (2022). Elaboração: Araújo (2022)

Quando consideramos a escala municipal, identificamos 81 municípios que tiveram alguma ação de (Re)Existência, entre os quais destacaram-se Palmas e Araguatins, ambos no Tocantins, responsáveis por 57 e 12 ações, respectivamente, Correntina na Bahia também teve 12 ações e

⁸ Acampamentos “são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra organizadas reivindicam assentamentos.” (CPT,2022, p 13)

⁹ Ocupações “são ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.” (CPT,2022, p 12)

¹⁰ Retomada são ações realizadas por indígenas e quilombolas para retomar de territórios no qual os mesmos tiveram relações ancestrais. (CPT,2022, p 12)

¹¹ Manifestações “são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.”



outro município baiano com manifestações foi Bom Jesus da Lapa, com 10 ações. Ainda com números em dois dígitos, estão São Sebastião do Tocantins e São Bento do Tocantins, com dez ações cada. Esses dados demonstram que 24,10% dos municípios do MATOPIBA tiveram uma ou mais formas de (Re)Existência entre 2013 e 2018. Ao relacionar espacialmente a produção de soja como ideia desenvolvimento, as violências contra famílias e contra a pessoa e as (Re) Existências no MATOPIBA, entre 2013 e 2018, constatamos que a maior incidência de violências e (Re)Existências se dá nos estados do Maranhão e Tocantins, como se observa na figura 5. Nesse sentido, é possível afirmar que o processo de expansão do agronegócio no MATOPIBA ainda não se completou nos territórios, principalmente nesses dois estados, e que os processos de (Re)Existências são uma possibilidade de conter esse avanço.

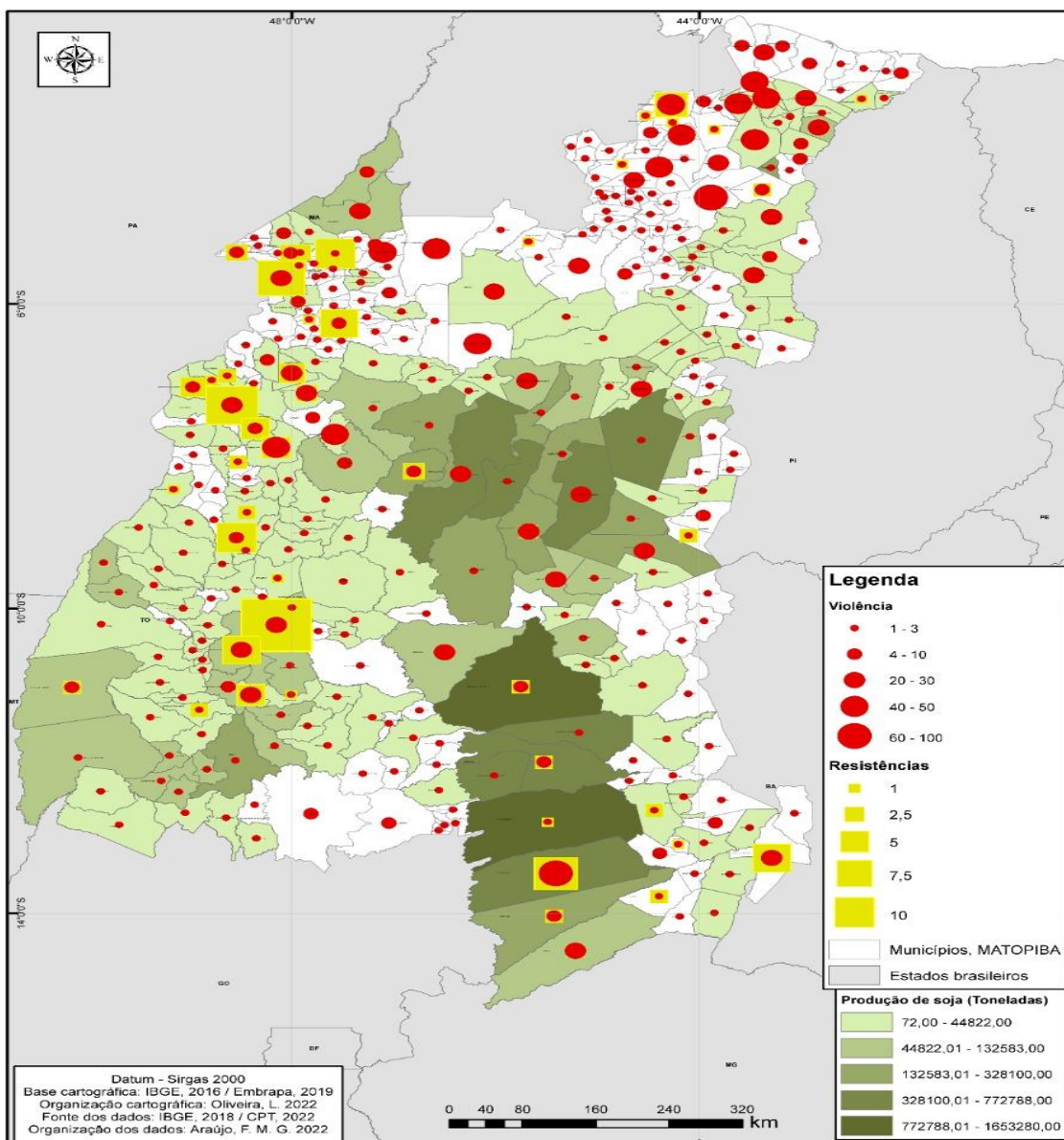




Figura 5. Espacialização da produção de soja de 2018, do número de ocorrências de violências por terra e pela água e ações de (Re) Existências de 2013 a 2018, no MATOPIBA. Fonte: IBGE (2018) e CPT (2022). Organização cartográfica: Oliveira (2022). Organização dos dados: Araújo (2022)

APONTAMENTOS

Este estudo fornece aporte para relacionar espacialmente a produção de soja, violências e (Re) Existências dos camponeses e indígenas da região do MATOPIBA, entre 2013 e 2018. Para alcançar esse objetivo sistematizamos e cruzamos os dados do IBGE e da CPT. Essa intersecção mostrou que existe um processo em curso que visa a hegemonizar esse território com base no agronegócio, sendo que em alguns municípios, principalmente do oeste baiano, essa operação está mais consolidada, mesmo que existam algumas (Re) Existências. Já nos estados do Maranhão e Tocantins, temos um maior número, tanto de violências como de (Re) Existências, o que indica um movimento de expansão das *commodities*.

Referências

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de Conflitos no Campo – Brasil 2022**. CPT Nacional, 2022. p 269.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, Safra 2019/20 – Décimo segundo Levantamento, Tabela de Levantamento, 2020**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/infoagro//safras/> graos/boletim-da-safra-degraos. Acesso: 10 set. 2022

ESCOBAR, A. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000 [1992]. p. 211-228.

GÓMEZ, MJR. **Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural**. 2006. 434 f. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

MÉSZÁROS, I. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.p 143-154

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. **Theories of development**. New York: The Guilford Press, 1999.

PELÁ, M; MENDONÇA, M.M. Cerado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

PERPETUA, G M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. Tese (doutorado)-Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.



XV
ENAN
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

SILVA, R. N. O. da; MENEGHELLO, G. E. O cultivo da soja na região MATOPIBA: grandeza, desafios e oportunidades para a produção de grãos e sementes. **Revista SEEDnews**, v. 20, n. 4, 2016.